

# jornal da tarde

Publicado pela S.A. O ESTADO DE S. PAULO  
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598  
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO  
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

**JÚLIO MESQUITA**  
 (1891 - 1927)

**JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA**  
 (1927 - 1969)

## Diretor Responsável

**RUY MESQUITA**

## Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

## Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

## Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

## Editor Chefe

Celso Kinjô

## Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

## Diretor Comercial

Orlando Marques

## Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

## A competência que falta ao governo

Por mais que o governo tente culpar o setor privado da economia pelo fracasso de seus planos econômicos e pela crise econômica e social do País, a realidade teimosamente aparece para desmentir o discurso antiempresarial oficial. Agora, mais uma vez, depois da suprema violência do Plano Collor 1 e da nova investida do Plano Collor 2, com seus confiscos, congelamentos e aumentos diretos e indiretos de impostos — e a grande recessão que é a única promessa plenamente cumprida pelo governo —, as empresas privadas brasileiras já começaram a dar a volta por cima. Passada a turbulência inicial, a maioria já se livrou dos percalços provocados pelas abruptas e iníquas intervenções oficiais no sistema econômico e já exibe uma boa saúde financeira, como ocorreu também após os Planos Cruzado 1 e 2, o Plano Bresser e o Plano Verão.

Os sinais dessa recuperação das empresas foram registrados em reportagem publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** domingo. O período negro para as empresas, por conta do Plano Collor 1 e mesmo do Plano Collor 2, já vai ficando para trás. O número de concordatas requeridas na cidade de São Paulo, que atingiu o seu auge em outubro (36) e novembro (61) passados, começou a cair paulatinamente desde então e chegou a apenas sete em março, dentro da média histórica. O número de falências decretadas baixou de um pico de 36 em janeiro para 32 em fevereiro e 28 em março. Os protestos que chegaram a 75,3 mil em janeiro caíram para 45,5 mil em fevereiro e 35,6 mil em março. Nos bancos, também, o número de duplicatas atrasadas está diminuindo: havia crescido seis vezes de setembro a janeiro e agora já está nos níveis considerados normais. Em janeiro, a inadimplência geral nos bancos era de 5% do total dos empréstimos e atualmente está nos 2% históricos.

O que esses números desmentem com cristalina evidência é a acusação de ineficiência e incompetência que as autoridades econômicas costumam fazer às empresas brasileiras. Elas provam, ao contrário, que o empresário nacional é um dos melhores do planeta. Poucos empresários no mundo

teriam condições de se adaptar tão bem e com tanta rapidez aos constantes obstáculos que o Estado no Brasil impõe à atividade econômica privada. Tanto que muitas multinacionais, apesar de estarem instaladas aqui há anos, têm reduzido seus investimentos no País. E outras — como nos recentes casos da Pelikan e da Parker, dois tradicionais fabricantes de material escolar e de escritório — encerraram definitivamente suas atividades industriais no Brasil. Eles não tinham “aquilo roxo” mas estavam com “aquilo cheio”. O empresário brasileiro, no entanto, resiste; e cada crise serve para apurar ainda mais sua incrível capacidade de sobrevivência.

Mas, mesmo para esses campeões de “resistência econômica”, já está ficando difícil sobreviver às arbitrarias e atrabiliárias ações governamentais. Em impressionante depoimento ao jornal **O Globo** de ontem, o presidente das Indústrias Lorenzetti e vice-presidente da Fiesp, Aldo Lorenzetti, expôs a dramática situação dos empresários brasileiros: “Somos empurrados para a ilegalidade” pelo congelamento de preços e salários.

A Lorenzetti está sendo acusada pelo governo de boicotar o congelamento, acusação que seu presidente está comprovando que é falsa. Na verdade, a empresa é uma das vítimas do governo, dos prejuízos provocados pelos Plano Collor 1 e 2, pela recessão e pelos calotes que o governo tem passado no setor privado (ela tem US\$ 60 milhões para receber da Eletronorte e não sabe quando verá o dinheiro). Por conta disso, viu-se obrigada a vender sua fábrica de disjuntores para a francesa Melin-Gerin e deverá ter o seu faturamento de US\$ 204 milhões no ano passado reduzido para US\$ 140 milhões este ano. E o grande prejudicado é o trabalhador brasileiro: nos últimos três anos, a Lorenzetti diminuiu seu quadro funcional de 7 mil trabalhadores para 3.500.

Se o governo tivesse sido capaz de administrar o setor público com a eficiência e competência demonstradas pelo empresário do setor privado, o Plano Collor 1 teria sido um sucesso e a economia nacional estaria agora em plena recuperação.